

Procedimento concursal comum para o preenchimento de 5 (cinco) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desempenho de funções na Divisão de Fiscalização e Processamento Contraordenacional da Unidade de Fiscalização de Trânsito e Contraordenações.

PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO RECOMENDADA PARA AS QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO GERAL:

- Estrutura orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 28/2012 de 12 de março;
- Estrutura nuclear dos serviços e as competências das respetivas unidades orgânicas da ANSR, fixada pela Portaria n.º 163/2017 de 16 de maio;
- Unidades orgânicas flexíveis da ANSR, definidas pelo Despacho n.º 7759/2017, de 4 de setembro, alterado pelo Despacho n.º 7348/2019, de 20 de agosto;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (artigos 6.º a 10.º, 17.º a 24.º, 45.º a 51.º, 70.º a 78.º, 101.º a 119.º, 126.º a 143.º e 176.º a 193.º).

LEGISLAÇÃO RECOMENDADA PARA AS QUESTÕES DE ENQUADRAMENTO ESPECÍFICO:

- Decreto de Lei nº 114/94, de 3 de maio, com a última redação conferida pelo Lei 66/2021 de 24 de Agosto – Aprova o Código da Estrada;
- Decreto nº 39987, de 22 de dezembro de 1954, com as alterações introduzidas pela Portaria de 56/2014, de 6 de março - Regulamento do Código da Estrada;
- Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 6/2019, de 22 de outubro - Regulamento de Sinalização do Trânsito;

Anexo I

(Ata n.º 1 de 14 de setembro de 2023)

- Despacho n.º 11594/2019 de 9 de dezembro - Modelos de auto de contraordenação em uso para as infrações ao Código da Estrada e demais legislação complementar e termos da notificação;
- Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, com a última redação conferida pelo Lei n.º 50/2019, de 24 de julho - Lei das Polícias Municipais;
- Decreto-Lei n.º 107/2018 de 29 de novembro e Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público.

O Júri,

Presidente



1.º Vogal



2.º Vogal

